



Comércio de mão de obra escravizada numa economia de mercado interno: o mercado de escravos da Cidade do Bonfim do Paraopeba (MG) e suas conexões (1861-1888)¹

Trade of enslaved labor in an internal market economy: the slave market of the City of Bonfim do Paraopeba (MG) and its connections (1861-1888)

Ulisses Henrique Tizoco

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

uht2286@gmail.com

Recebido em: 28/12/2017

Aprovado em: 24/01/2018

Resumo: O presente texto tem como objetivo apresentar os dados parciais de uma pesquisa de mestrado em curso que visa esmiuçar as características do mercado local de escravos da Cidade do Bonfim do Paraopeba (MG), bem como identificar as conexões estabelecidas com mercados de outras regiões, durante as três décadas finais da escravidão. Parte-se do pressuposto de que as movimentações internas de cativos operadas no sudeste do Brasil, e na província mineira em particular, após a cessação do tráfico atlântico em 1850, fazem parte de processos muito mais amplos e complexos que uma simples transferência de escravos “ociosos” de áreas “decadentes” para áreas economicamente mais dinâmicas.

Palavras-chave: Tráfico interno de escravos, Décadas finais da escravidão no Brasil, Comerciantes de escravos.

Abstract: This paper aims to present the partial data of an ongoing master's research that analyzes the characteristics of the local slave market of the City of Bonfim do Paraopeba (MG), as well as to identify the connections established with markets in other regions during the three final decades of slavery in Brazil. Presupposes itself that the internal movements of captives operated in southeastern Brazil, and in the province of Minas Gerais in particular, after the cessation of the Atlantic Slave Trade in 1850, are part of processes that are much larger and more complex than a simple transfer of “unnecessary” slaves from “decadent” areas to economically more dynamic areas.

Keywords: Slaves internal traffic, Final decades of slavery in Brazil, Slave traders.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. Gostaria de agradecer também aos três pareceristas anônimos pela leitura atenta e pelas valiosíssimas sugestões.



Introdução

Ao longo do século XIX, ao mesmo tempo em que a escravidão perdia força e era abolida na maior parte do Ocidente, em três regiões do continente americano - o Sul da República dos Estados Unidos da América, a colônia espanhola de Cuba e o Império do Brasil – tal instituição viveu seu apogeu. Nesse período, o tráfico atlântico de mão de obra escravizada também alcançou cifras inéditas e, quando suprimido, deu lugar a um tráfico interno de dimensões jamais vistas, sobretudo nos EUA e no Brasil.

Em geral, associa-se a força da escravidão nessas áreas ao crescimento do consumo mundial das *commodities* algodão (cujo maior exportador era o Sul dos EUA), açúcar (que tinha Cuba como maior exportador) e café (cujas exportações eram lideradas pelo Brasil), capitaneado pela expansão da Revolução Industrial, pelo aumento populacional e pela expansão da urbanização no Ocidente.²

No caso do Brasil, uma historiografia mais antiga chegou a vincular a persistência da escravidão ao longo do século XIX unicamente ao *boom* da produção cafeeira³. Contudo, a produção historiográfica mais recente vem demonstrando que, embora o café tenha desempenhado importante papel na manutenção da robustez da instituição escravista em algumas áreas do país (notadamente as regiões de *plantation* das províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro), havia outras regiões brasileiras, não exportadoras de café (e em certos casos nem mesmo diretamente vinculadas a qualquer tipo de produção para exportação), onde a escravidão manteve sua vitalidade até os últimos momentos de sua existência. Grande parte da extensa província mineira teria sido um delas⁴.

A região do Médio Vale do Rio Paraopeba, por exemplo, ocupada pelo então município

² MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo (orgs.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

³ Ver principalmente FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1967 e SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil**. 8.ed. São Paulo: Nacional, 1978. Robert Conrad (CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Instituto Nacional do Livro, 1975), além de corroborar tal raciocínio, argumenta ainda que, nas décadas finais da escravidão, o interesse pela manutenção do escravismo variava conforme a importância que a produção cafeeira apresentava em cada região.

⁴ Em relação à economia escravista da província mineira, ver principalmente MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista da Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980. (Texto para Discussão n° 10); MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. **Estudos Econômicos**, v. 13, n. 1, jan-abr 1983, pp. 181-209; MARTINS, Roberto Borges. **Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1994. (Texto para Discussão n° 70); LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988; entre outros. No tocante à escravidão no Império do Brasil, um bom balanço historiográfico recente pode ser encontrado em MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo (orgs.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.



de Bonfim, desenvolveu, ao longo das três últimas décadas da escravidão, um significativo comércio de escravos que, como se discutirá adiante, não estaria simplesmente drenando os escravos de uma região de economia menos dinâmica para as pujantes regiões cafeeiras, sempre ávidas por mão de obra.

Localizada na região Mineradora Central Oeste (conforme mapa 1, mais adiante)⁵, a Cidade do Bonfim do Paraopeba figurava numa posição intermediária entre os municípios da província mineira no tocante ao tamanho de sua população escrava e não estava diretamente vinculada à economia de exportação, apresentando, desde suas origens setecentistas, uma produção eminentemente agropecuária voltada para o mercado interno⁶. Merecem destaque também a fabricação de fios de algodão e tecidos, possivelmente a principal atividade de transformação desenvolvida na localidade, e as intensas relações comerciais que Bonfim mantinha com Ouro Preto e com a Corte ao longo do século XIX.⁷

O presente texto visa apresentar os dados parciais de uma pesquisa de mestrado em andamento a respeito do funcionamento do mercado de escravos no município de Bonfim do Paraopeba e suas conexões com mercados de outras regiões, focando no perfil dos sujeitos negociados e nas estratégias comerciais dos principais envolvidos e articulando tal mercado às lógicas comerciais e econômicas mais amplas nas quais estava inserido.

O recorte temporal proposto, 1861 a 1888, foi escolhido em virtude da cobertura mais

⁵ A região Mineradora Central Oeste caracterizava-se por ter sido a área da fundação dos primeiros arraiais da então região das minas, sendo, ao longo do século XIX, uma das regiões mais dinâmicas e densamente povoadas da província. Para uma discussão acerca da proposta de regionalização aqui adotada, ver principalmente PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. São Paulo: FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado); GODOY, Marcelo Magalhães. *Intrépidos viajantes e a construção do espaço – Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. Texto para discussão n.º.109*. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 1996; PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX*. In: **X Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2002 e RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O Trabalho do Fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008 (Tese de Doutorado).

⁶ Vizinha a Ouro Preto e Sabará, Bonfim foi elevada a Vila através da Lei Provincial n.º 134, de 16/03/1839, tornando-se Cidade pela Lei Provincial n.º 1094, de 07/10/1860. De acordo com os dados do Recenseamento de 1872, sua população compunha-se de 29762 livres e 5824 escravos. Em relação à população escrava, os extremos da província eram Leopoldina, com 15253 (e 26633livres), e São Romão, com 433 (e 6940 livres). Comparando-se o percentual de escravos em relação à população total, Leopoldina apresentaria 36% (superada apenas por Mar de Espanha, com 39%, e Juiz de Fora, 37%), São Romão aparece com 5% (o menor percentual da província) e Bonfim, 16% (percentual bastante próximo daquele apresentado pela província, 18%). (disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html?jsessionid=7957da67ce24b5a9d5bbbd8a5be>. Acesso em 08/09/2016).

⁷ MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba/MG**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.



sistemática de tais negociações durante esse intervalo de tempo, devido à legislação vigente⁸, além de agrupar as três décadas finais da escravidão, período reconhecido na historiografia como aquele no qual a instituição escravista no Brasil, após a abolição do tráfico transatlântico, viveu um momento de grandeza seguido por outro de crise que culminou em sua própria extinção⁹. Por haver sido encerrado em 1850 o tráfico atlântico, trata-se de um período marcado pela vigência exclusiva do tráfico interno.

Os resultados apresentados decorrem da análise dos registros notariais, de 1º e 2º ofícios, existentes no Arquivo Público Municipal de Bonfim – APMB, envolvendo escravos (escrituras e procurações referentes a negociações de escravos)¹⁰. As transações, embora se componham, em sua maioria, de compras e vendas simples, também englobam alguns penhores, hipotecas, vendas condicionais ou “à retro”, trocas, alugueis ou “ajustamentos” ou “engajamentos” e doações¹¹.

Como salienta Rafael Scheffer, escrituras de compra e venda e procurações apresentam um caráter complementar, uma vez que uma possibilita contornar parcialmente as limitações da outra. Neste sentido, a principal limitação das primeiras residiria na sub-representação das transações realizadas entre pessoas de diferentes localidades, uma vez que apenas uma transação seria registrada: ou a saída ou a chegada do escravo. Quanto às segundas, a principal limitação diz respeito à impossibilidade de saber, em muitos dos casos, se a intenção que motivou a produção

⁸ A Lei nº 1114, de 27/09/1860, em seu artigo 12, parágrafo sétimo, e o Decreto nº 2699, de 28/11/1860, determinavam que a compra e venda de escravos de qualquer valor deveria ser feita por escritura pública sob pena de nulidade. Até então, para ter validade perante a lei, bastava o contrato particular firmado entre as partes. A partir de 1874, passou a ser necessário o registro em cartório também das procurações (conforme Decreto nº 5737, de 02/09/1874, artigo 98, parágrafos primeiro e segundo).

⁹ MARQUESE; SALLES. **Escravidão e capitalismo**.

¹⁰ A saber: da sede do município de Bonfim (freguesia da Cidade do Bonfim), quatro livros de notas especiais para escrituras de compra e venda de escravos (cobertura entre 1861-1872 e 1881-1888), 11 livros de notas do 1º Ofício (1861-1888), cinco livros de notas do 2º Ofício (1868-1871, 1873-1874, 1881-1883, 1884-1886 e 1888-1889), cinco livros de procurações do 1º Ofício (1875-1880 e 1882-1888) e 13 livros de procurações do 2º Ofício (1874-1888); da freguesia de Piedade dos Gerais, dois livros de notas especiais para escrituras de compra e venda de escravos (1861-1873), oito livros de notas (1862-1879, 1881-1882 e 1883-1887) e dois livros de procurações (1876-1877 e 1883-1887); do distrito de Rio Manso (pertencente à freguesia da Cidade do Bonfim), dois livros de notas (1861-1867 e 1876-1880); totalizando seis livros de notas especiais para escrituras de compra e venda de escravos, 26 de notas e 20 de procurações analisados. Os livros referentes às demais freguesias que compunham o município de Bonfim não foram recolhidos ao APMB, visto terem os distritos deixado de pertencer à comarca em época anterior à criação do arquivo. Procurados nos cartórios, também não foram localizados, podendo já haverem se perdido. A respeito da cobertura espacial, embora se constate uma prevalência de transações efetuadas por moradores das freguesias de Bonfim e Piedade dos Gerais, vale ressaltar que os livros da sede contemplam transações efetuadas por moradores de todas as freguesias bonfinenses. No tocante à cobertura temporal, embora todos os anos do recorte proposto (1861-1888) sejam contemplados por, pelo menos um livro, é necessário admitir que os períodos 1861-1872 e 1881-1888 contam com maior cobertura que o compreendido entre 1873-1880.

¹¹ Embora a maior parte das escrituras de compra e venda de escravos estejam nos livros de notas especiais para esse fim e as procurações, nos livros próprios, os livros de notas comuns também apresentam tais documentos, em quantidade menor. Nos livros de notas bonfinenses, a maior parte da documentação referente à escravidão diz respeito a escrituras de hipotecas (normalmente hipotecas de bens de raiz que também incluíam escravos), contratos de engajamento e cartas de liberdade (as quais também são utilizadas como documentos auxiliares na dissertação, mas, para este texto, por limitação de espaço, não foram consideradas).



de tal documento foi de fato concretizada e, se foi, como, onde e por quem.¹²

A despeito de suas limitações, tais fontes nos permitem grandes possibilidades de pesquisa, sobretudo quando combinadas com fontes de outras naturezas. Esta pesquisa utiliza, como documentos auxiliares, anúncios de jornais mineiros e cariocas, o *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes*¹³, bem como inventários e outros processos judiciais existentes no APMB.

Perfis das negociações e dos escravos negociados

O banco de dados formado a partir das escrituras e procurações¹⁴ permitiu delinear o perfil dos indivíduos comercializados e padrões do próprio comércio.

Em linhas gerais, os indivíduos negociados no mercado de escravos bonfinense caracterizaram-se por um perfil predominantemente masculino (57% nas escrituras e 53% nas procurações), nascido no Brasil (94%) e em idade produtiva (15-39 anos – 69%)¹⁵. Entre os homens, predominaram as atividades ligadas à produção agrícola (lavrador / roceiro / profissão de roça / serviço de roça / trabalhador de roça) e, entre as mulheres, aquelas ligadas à transformação têxtil (fiadeira / fiandeira / fiadeira de algodão / fiar algodão, fiar algodão e tecer, tecedeira, costureira). As variações dos preços médios podem ser visualizadas nos gráficos 1 e 2.

¹² SCHEFFER, Rafael da Cunha. Comércio de cativos através das fontes cartoriais: possibilidades e seus limites. **XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Natal, 2013.

¹³ Os jornais *A Actualidade*, *A Província de Minas* e *Diário de Minas*, de Ouro Preto, *Diário do Rio de Janeiro*, *Jornal do Commercio* e *Gazeta de Notícias*, publicados na Corte, e *Pharol*, de Juiz de Fora, além das cinco edições do *Almanak* (1864, 1865, 1870, 1873 e 1875) encontram-se digitalizados, disponíveis para consulta no site da hemeroteca da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>).

¹⁴ A saber, 216 escrituras, envolvendo 362 cativos e 121 procurações, abrangendo mais 160 escravos. Total de 337 transações e 522 indivíduos negociados. Os 22 ingênuos envolvidos (11 mencionados em cada fonte) foram analisados à parte, não sendo considerados no presente texto.

¹⁵ É importante destacar que não há um consenso na historiografia sobre a faixa etária dos escravos considerada produtiva. Há autores que adotam a faixa 15-44 anos (PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**, p. 211), outros utilizam 15-40 (BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru: EDUSC, 2004; READ, Ian. *Slave Markets and Networks*. In: READ, Ian. **The Hierarchies of Slavery in Santos, Brazil. 1822-1888**. Stanford: Stanford University Press, 2012, pp. 62-90.) ou 15-39 (FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006, p.83.), adotada neste texto, enquanto outros optam por desmembrar tais faixas em 15-29 e 30-44 (MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 52, 2006; SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850- 1888: economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa**. Tese de doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2012; ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. **A dinâmica do tráfico interno de escravos na franja da economia cafeeira paulista (1861-1887)**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, 2015), uma vez que é amplamente aceito que o auge da produtividade escrava, em ambos os sexos, dava-se entre os 15 e 29 anos. Ou seja, 15-29 seria o período *mais* produtivo dentro daquele no qual se poderia esperar alguma produtividade satisfatória por parte do trabalhador escravizado.

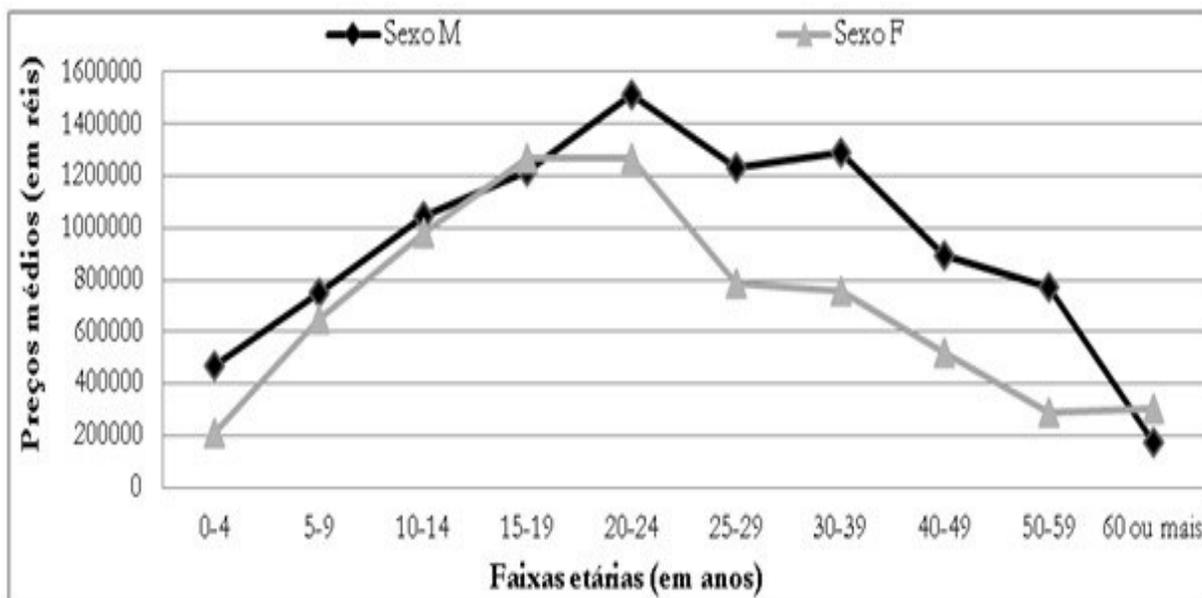


Gráfico 1 - Preços médios dos escravos no mercado bonfinense (em réis) por sexo e faixa etária: Bonfim do Paraopeba, 1861-1888. Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

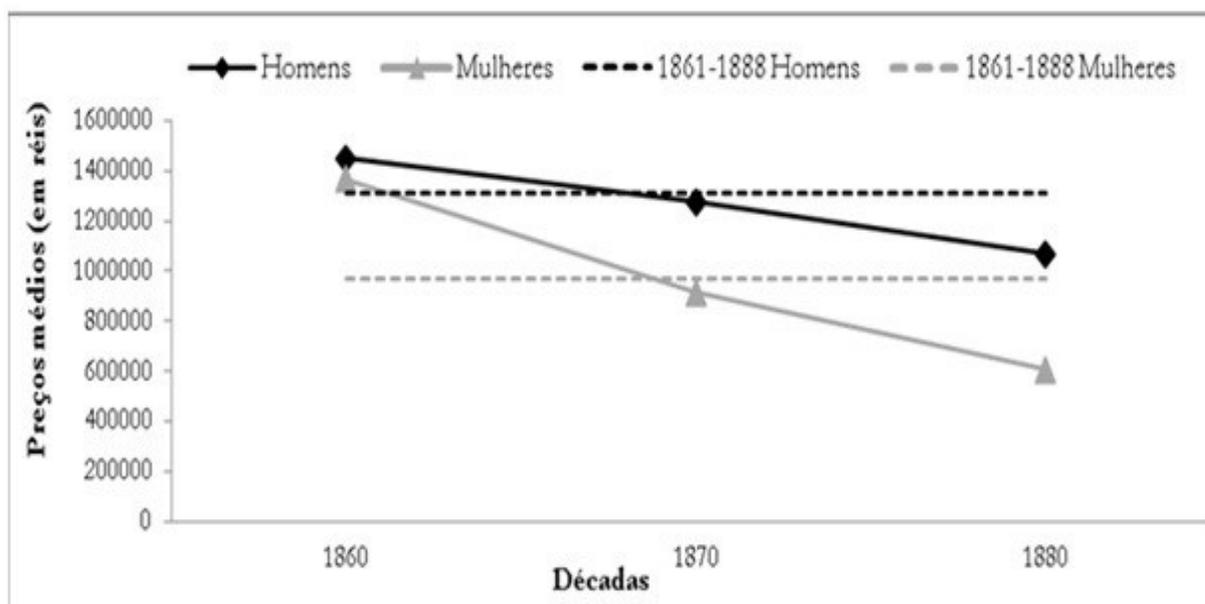


Gráfico 2 – Preços médios dos escravos de 15 a 39 anos no mercado bonfinense (em réis) por década e sexo, em comparação aos preços médios do período 1861-1888: Bonfim do Paraopeba, 1861-1888. Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

A análise dos preços médios conforme o sexo e a faixa etária revela que, nos anos 1860, portanto uma década após a abolição do tráfico atlântico, não apenas os preços das mulheres adultas (15-39 anos) estiveram bem mais próximos aos dos homens, como também os preços das jovens, de 15 a 24 anos, chegaram a superar os preços dos rapazes de mesma idade. Nas décadas seguintes, os preços das mulheres adultas caíram de forma bem mais acelerada que os dos



homens de mesma idade, aumentando cada vez mais a diferença de preço entre os sexos. No município de Mariana, Camila Flausino¹⁶ observou comportamento parecido.

Isso sugere que, ao menos após o término do tráfico atlântico, o mercado bonfinense valorizou o potencial reprodutivo das mulheres jovens. Por isso, aquelas que se encontravam no auge de sua capacidade reprodutiva chegaram a atingir preços ainda mais elevados que seus coetâneos do sexo oposto¹⁷.

A Lei do Ventre Livre, de 1871, ao suprimir a possibilidade de reposição dos escravos via reprodução natural, alterou esse quadro. A partir daí, os preços das mulheres, além de deixarem de ser influenciados pelo potencial reprodutivo das mesmas, passaram a se desvalorizar cada vez mais em relação aos dos homens.

Um percentual de 80% das transações envolveram, no máximo, dois cativos. Isso evidencia que a maioria delas não se devia a possíveis falências de grandes unidades produtivas escravistas, onde os escravos estariam sendo vendidos junto com a propriedade inteira¹⁸.

As negociações concentraram-se no início dos anos 1860 (até 1863) e ao longo da década seguinte, tendo uma parte menor delas sido registradas durante a segunda metade da década de 1860 e durante os oito anos finais da escravidão (a última transação no mercado bonfinense foi efetuada em março de 1888).¹⁹ Dessa forma, é importante lembrar que as três décadas contemplam acontecimentos que motivaram períodos de maior otimismo ou descrença na longevidade da escravidão, traduzindo-se em momentos de queda e alta nas transações.

Na década de 1860, iniciada com escravos atingindo preços estratosféricos, o resultado da guerra civil estadunidense (1861-1865) teria enfraquecido grandemente o vigor da instituição escravista brasileira²⁰. Na década seguinte, a Lei do Ventre Livre empreendeu novo golpe à

¹⁶ FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da Escravidão**, pp. 127-133.

¹⁷ A respeito da importância da reprodução natural para o crescimento da população escrava na província mineira ver, principalmente, PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais do século XIX. In: **Estudos Econômicos**. 25 (2), p. 203-233, maio/ago. 1995; TEIXEIRA, Heloísa Maria. Família escrava, sua estabilidade e reprodução em Mariana, 1850-1888. **Afro Ásia**, 28, 2002, pp. 179-220; CANO, Wilson & LUNA, Francisco Vidal. **A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (Século XIX) – uma Hipótese**. In: LUNA, Francisco. V; COSTA, Iraci del Nero; KLEIN, Hebert S. **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

¹⁸ SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste**, p.62.

¹⁹ Apesar da ausência dos dois livros de notas especiais para escrituras de compra e venda de escravos que cobrem o período 1872-1881, por serem nove anos cobertos por dois livros (que costumavam ter 50 folhas), supõe-se que a quantidade de transações e escravos negociados no período tenha sido próxima daquela registrada na década de 1860. Quanto às procurações, 53% delas correspondem ao período 1875-1876 e 33% aos quatro anos seguintes (1877-1880).

²⁰ CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**; MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. In: **Topoi**, v.12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 97-117;



instituição escravista, ao suprimir a possibilidade de reposição da população escravizada, o que significava a extinção da escravidão no Brasil dentro de, no máximo, algumas décadas (embora, a depender unicamente da dita lei, tal fato só se concretizaria na primeira metade do século XX). A impossibilidade de renovação das posses via reprodução natural teria feito o comércio de escravos perder um pouco do fôlego para, a partir de 1874 até 1880, experimentar novo *boom*, uma vez que naquele momento tal renovação era possível unicamente recorrendo-se ao tráfico interno²¹. Finalmente, a década de 1880 se iniciou com a promulgação, pelas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo entre 1880 e 1881, de leis estipulando aplicação de um pesadíssimo imposto (superior ao valor de um escravo) para cada cativo trazido de outra província, momento no qual o tráfico interprovincial teria sido desmantelado. Além disso, também iniciou-se no mesmo período um fortalecimento sem precedentes do movimento abolicionista, acompanhado por igual intensificação da resistência escrava (principalmente através de insubmissão e fugas), fatores cada vez mais capazes de exercer pressão para acelerar o fim da escravidão no Império. O tráfico interno, reduzido aos âmbitos local e intraprovincial, assumiu cifras bem mais modestas.²²

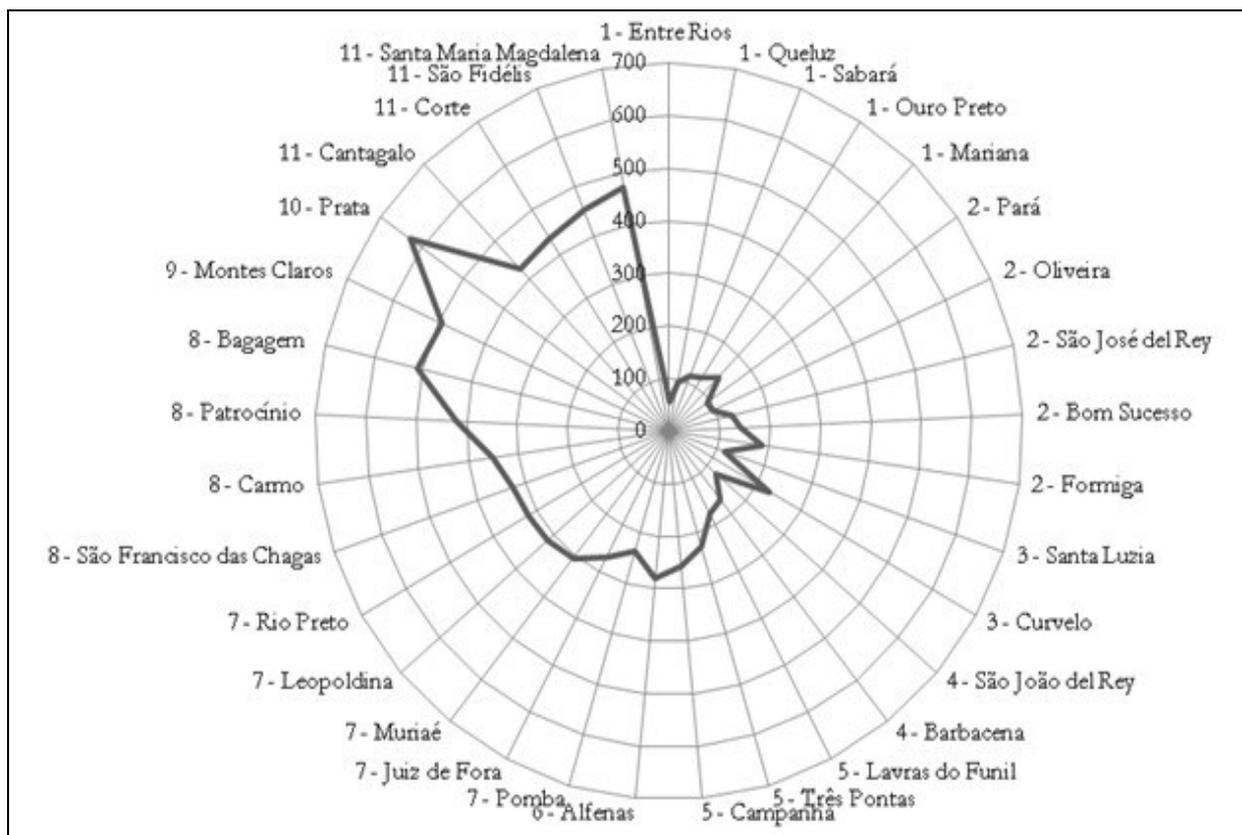
As escrituras evidenciam um mercado eminentemente intraprovincial: 86% dos transmitentes e 82% dos adquirentes residiam no próprio município de Bonfim; 12% e 16%, respectivamente, residiam na província mineira (com destaque para os municípios localizados na região Mineradora Central Oeste) e apenas 1% e 4%, respectivamente, moravam em municípios da província do Rio²³. Percebe-se que a maioria dos escravos negociados teria circulado em um raio de até 200 km da Sede municipal de Bonfim, como se vê no gráfico 3.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

²¹ MOTTA, José Flávio. **Revista Brasileira de História**.

²² CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**; FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da Escravidão**; MACHADO, Maria Helena P. T. **O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994; Mello, Pedro Carvalho de. Aspectos Econômicos da Organização do Trabalho da Economia Cafeeira do Rio de Janeiro, 1858-1888. In: **Revista Brasileira de Economia**, 32, no. 1 (Jan/Mar. 1978), pp. 19-68; DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Motta, José Flávio. **Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista: Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

²³ Entre as procurações, a corriqueira falta de informação do local de residência do transmitente ou do adquirente inviabilizou tal cálculo. Contudo, baseando-se nos poucos registros onde tais informações foram disponibilizadas, tais documentos parecem evidenciar, como seria de se esperar, um comércio majoritariamente intermunicipal e interprovincial (no caso, unicamente com municípios da província do Rio).



Legenda:

1 – Municípios da região Mineradora Central Oeste; 2 – Municípios da região Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 3 – Municípios da região do Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 4 – Municípios da região Sudeste; 5 - Municípios da região Sul Central; 6 – Municípios da região Sudoeste; 7 - Municípios da região da Mata; 8 - Municípios da região de Araxá; 9 – Municípios da região Sertão, 10 – Municípios da região Triângulo; 11 – Municípios da província do Rio de Janeiro.

Gráfico 3 – Municípios de residência dos transmitentes e adquirentes não bonfinenses e suas respectivas distâncias (em km) em relação ao município de Bonfim (1861-1888). Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB. Elaboração própria a partir dos dados sobre distâncias informados pelo site <https://www.google.com.br/maps>.

Obs. 1: distâncias atuais entre os municípios, calculadas a partir de suas conexões rodoviárias.

Obs. 2: Regionalização conforme relação apresentada por PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996, pp. 166-180.

Nem todos os brasileiros²⁴ negociados em Bonfim eram naturais do município. Dessa forma, numa transação envolvendo transmitente bonfinense e adquirente ouro-pretano, por

²⁴ Embora a maior parte da historiografia utilize o termo “crioulo” para designar escravos nascidos no Brasil, optou-se por utilizar o termo “brasileiro” para designar tais indivíduos visando manter uma maior fidelidade às fontes utilizadas. No caso dos livros de notas analisados, percebe-se que o termo “crioulo” é usado unicamente para designar escravos de cor preta nascidos no Brasil (ou seja, poderiam ser filhos de africanos ou crioulos), enquanto uma quantidade considerável dos escravos negociados era de cor parda ou cabra (mestiços que, portanto, não aparecem nos documentos com a designação “crioulo”). Já, nas matrículas realizadas em 1872/73 e 1886/87, o padrão mais usual de mencionar a naturalidade do escravo era “brasileiro” ou “africano”. Observa-se ainda, entre os documentos analisados (escrituras e procurações), que, a partir de 1861, deixou-se de informar, após o nome do escravo nascido no continente africano, sua “nação” (região de origem, ou, ao menos, a região onde havia embarcado), substituindo-se tal informação pela designação genérica “Africano” (por exemplo, de “Maria Angola” passou-se a “Maria Africana”, de “João Congo” a “João Africano” etc). Da mesma forma, a partir de 1872, a informação, após o nome do escravo nascido no Brasil, de sua “qualidade” passou a ser negligenciada (por exemplo, de “Maria parda” passou-se a apenas “Maria”, de “João crioulo” a “João” etc). Por esses motivos, julgou-se mais



exemplo, havia a possibilidade de o escravo negociado ter nascido e/ou sido matriculado em Oliveira, ou seja, localidade distinta tanto do transmitente quanto do adquirente.

O percentual de escravos não bonfinenses correspondia a pouco mais de 1/4 do total de brasileiros, sendo, a maioria destes, originária de municípios da região Mineradora Central Oeste, sobretudo nos anos 1870. A porcentagem de escravos brasileiros não mineiros, por sua vez, foi irrisória ao longo de todo o período em tela.

Houve indivíduos comercializados mais de uma vez no mercado bonfinense e outros sofreram outros tipos de comercialização antes ou depois da transação registrada em Bonfim.²⁵ Tal cenário, longe de ser exclusividade bonfinense, parece ter sido uma regra no tráfico interno pós-1850, uma vez que também se mostrou vigente nos mercados de Piracicaba, Campinas, Mariana e Juiz de Fora, estudados respectivamente por José Flávio Motta, Rafael Scheffer, Camila Flausino e Cláudio Machado²⁶.

O exposto evidencia que, para uma melhor compreensão do comércio de mão de obra escravizada no pós-1850, é fundamental que se atente para a importância do conceito das “transações precedentes”, como apontado por Cláudio Machado²⁷:

pertinente utilizar “nascido no Brasil” ou o termo “brasileiro”, que indica apenas a nacionalidade e abarca “crioulos”, “pardos”, “cabras”, entre outras designações de mestiços. Embora não problematize nem discuta o uso do termo, Laird Bergad (BERGAD, Laird. **Escravidão e história econômica**, pp. 197-238.) também utiliza, na maior parte de seu texto (tanto no original em inglês quanto na tradução em português), o vocábulo “brasileiro” ou a expressão “nascido no Brasil”, substituindo-os por “crioulo” apenas em raríssimas passagens. Para uma maior discussão e contextualização acerca dos usos do termo “crioulo” ver PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

²⁵ Os indivíduos que foram alvo de outras transações antes ou depois de passarem pelo mercado bonfinense foram identificados através da análise conjunta da informação sobre o local de residência do transmitente e os dados da matrícula (locais da matrícula e de averbações, para transações realizadas a partir de 1872) ou informação sobre o local de nascimento (para transações efetuadas até 1872, que normalmente identificavam o distrito de nascimento), além de informações constantes em anúncios de jornais referentes a escravos fugidos, que normalmente indicavam os locais onde os escravos ou seus ex-proprietários já haviam residido (ver TIZOCO, Ulisses Henrique. Notas sobre o tráfico interno numa economia de abastecimento: o mercado de escravos da Cidade do Bonfim do Paraopeba (MG) na segunda metade do século XIX (1861-1888). **Anais do II Seminário Internacional da SEO**. Londrina, 2017). No caso daqueles transacionados mais de uma vez no mercado bonfinense, a identificação se deu pela filtragem dos nomes no banco de dados constituído. Localizados escravos com o mesmo nome, procedeu-se à verificação de seus outros atributos (número e local da matrícula, nome do proprietário, filiação, idade, cor e local de nascimento, nessa ordem de prioridade), sempre que tais informações estivessem disponíveis, para confirmar se eram ou não a mesma pessoa. Dos 39 casos registrados entre 1861 e 1888 (7,5% do total de negociados), quatro foram adquiridos (por meio de compra ou troca) para, algum tempo depois, serem vendidos. A maior parte dos 35 casos restantes diz respeito a escravos comprados em partes, nos quais as múltiplas transações envolvendo um mesmo indivíduo visavam reunir nas mãos de um único senhor a totalidade das partes em que o escravo se encontrava dividido, ou escravos que participaram de alguma transação que não envolveu transferência de propriedade (como penhores, hipotecas, engajamentos e vendas condicionais).

²⁶ MOTTA, José Flávio. **Revista Brasileira de História**; SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste**; FLAUSINO. **Negócios da escravidão**; MACHADO, Cláudio Heleno. **Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. **X Seminário de Economia Mineira**. Diamantina, 2002.

²⁷ MACHADO. **X Seminário de Economia Mineira**, p. 18.



escravos transacionados precedentemente e oriundos de outras áreas ou regiões, voltaram a ser de novo negociados, só que agora entre proprietários locais. Neste aspecto, o das transações precedentes, detectamos operações advindas ainda do tráfico africano, de transações intermunicipais envolvendo tanto a Zona da Mata quanto outras regiões de Minas Gerais, bem como de transações interprovinciais.

Vale destacar ainda o paradoxo entre a concentração de uma parcela das transações e dos escravos negociados em um reduzido número de indivíduos e/ou firmas comerciais face à pulverização dos envolvidos verificada na parcela majoritária das negociações. Em outras palavras, constata-se um predomínio de indivíduos que operaram uma única transação nesse mercado ao longo das três décadas e, por outro lado, percebem-se também alguns poucos indivíduos que apareceram diversas vezes, nos diferentes tipos de atuação (como procurador, outorgante, transmitente ou adquirente), o que evidencia a existência de comerciantes especializados agindo nesse mercado.

O perfil dos escravos negociados não difere muito daquele descrito na historiografia: predomínio de homens em idade produtiva, os quais, na maioria das vezes, tendiam a alcançar preços mais elevados que as mulheres²⁸. Também é bem próximo daquele encontrado por Camila Flausino²⁹ para o município de Mariana entre 1850 e 1886. Os padrões das negociações, por sua vez, evidenciam uma predominância de transações intraprovinciais envolvendo poucos cativos, em detrimento do modelo de transações interprovinciais envolvendo o deslocamento de muitos escravos cuja produção historiográfica até a década de 1980 privilegiou. Estudos mais recentes têm encontrado, para diferentes regiões do Brasil, padrões mais próximos àqueles vigentes em Bonfim: mercados descentralizados, segmentados e interconectados.³⁰

Nesse sentido, Ian Read apresenta duas tipificações de mercados de escravos que teriam vigorado no Brasil ao longo do século XIX: mercados de municípios rurais (como Bonfim) ou pequenos centros urbanos (como Santos, Mariana, entre outros) apresentando características distintas dos mercados de grandes cidades costeiras, como o Rio de Janeiro (ou cidades que se converteram em importantes entrepostos de mão de obra escravizada, como Campinas e Juiz de Fora). Ainda segundo Read, esses dois modelos de mercado funcionariam de forma

²⁸ Ver, por exemplo, MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003; CONRAD, Robert. **Tumbeiros: O tráfico escravista para o Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988; CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

²⁹ FLAUSINO. **Negócios da Escravidão**.

³⁰ Entre eles, destacam-se as supracitadas pesquisas de Carolina Flausino, Cláudio Heleno Machado, Rafael da Cunha Scheffer, José Flávio Motta, além de READ, Ian. **The Hierarchies of Slavery in Santos**, pp. 62-90.



interdependente e interconectada por complexas redes de indivíduos que atuavam através de relações sociais e econômicas previamente estabelecidas.³¹

Tais estratégias e padrões de atuação dos principais envolvidos nas negociações serão analisados brevemente a seguir.

Os negociantes e intermediários e suas estratégias comerciais e conexões

O trabalho com os livros de escrituras e de procurações permitiu levantar os comerciantes e intermediários ligados às transações envolvendo escravos. Para identificá-los, depois de realizada a classificação dos nomes de transmitentes, adquirentes e procuradores, segundo a quantidade de atuações no mercado, foram selecionados aqueles que haviam participado de, pelo menos, três transações como procuradores, além das firmas comerciais que, independente da quantidade de transações, também foram incluídas.³² Dessa seleção, efetuou-se uma separação entre os “negociantes” (aqueles que, além da participação como procuradores, também atuaram de forma substantiva como outorgante, transmitente e adquirente em escrituras e procurações), os “intermediários” (aqueles que atuaram apenas como procuradores ou tiveram participação pontual como transmitentes ou adquirentes) e as firmas comerciais que tiveram participação pontual (participaram de, no máximo, duas transações).

Listados tais nomes, realizou-se pesquisa antroponímica nos supracitados jornais, almanaques e processos judiciais, cruzando-se os dados obtidos com as informações oriundas do banco de dados, ou seja, as características das transações em que esses sujeitos estiveram envolvidos.³³

Dentre os nomes em questão, três grupos merecem destaque. São os negociantes, que se verificou terem atuado no mercado por meio de sociedades ou juntamente com familiares (por isso, grupos). Juntos, são mencionados em 15% das escrituras de compra e venda e em quase 2/3 das procurações, participando da negociação de pouco mais de 1/5 do total de escravos mencionados nas duas fontes (conforme tabelas 1 e 2).

³¹ READ, **The Hierarchies**. pp. 62-64. No tocante ao comércio de longa distância, realizado, principalmente, através das procurações, vale citar também os trabalhos de SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero da. (org.), **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE/USP, p. 103-155, 1986 e CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

³² Metodologia adaptada de SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste**, pp. 227-228 e SLENES, Robert W. **The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888**. Tese de doutorado em História. Stanford: Stanford University, 1976, pp. 594-686.

³³ Ver GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 e GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: mercado historiográfico e troca desigual. In: GINZBURG, Carlo. et al. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1991.



Grupos de negociantes e seus períodos de atuação	Ocorrências em escrituras*	% do total de escrituras	Ocorrências em procurações**	% do total de procurações	Quantidade de escravos efetivamente negociados***	% do total de escravos
A (décadas de 1860 - 1880)	13	5,5%	11	9%	21	3,7%
B (décadas de 1860 e 1870)	9	3,8%	6	5%	30	5,3%
C (décadas de 1870 e 1880)	13	5,5%	56	46,3%	68	12%
Total	35	14,8%	73	60,3%	119	21%

Tabela 1 – Principais grupos de negociantes segundo ocorrência e quantidade de escravos negociados: Bonfim do Páropeba, 1861-1888. Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

*Como adquirente, transmitente ou procurador.

** Como outorgante (quem passava a procuração), outorgado (o procurador, que recebia poderes) ou adquirente/transmitente (quem estava, de fato, adquirindo ou cedendo os escravos negociados via procuração).

***Para o cômputo de escravos e ingênuos efetivamente negociados não foram considerados os escravos mencionados nas procurações que nomeavam mais de um procurador, por não ser possível saber qual (is) deles (s) efetivou (aram) o negócio. Portanto, a quantidade de indivíduos negociados por estes sujeitos pode ter sido maior que a acima mencionada.

Grupos de negociantes	Ocorrências em escrituras			Ocorrências em procurações		
	Transmitente	Adquirente	Procurador	Outorgante	Outorgado	Transmitente / Adquirente
A	1	9	3	3	8	-
B	-	9	-	2	4	-
C	4	9	-	26	25	5

Tabela 2 – Principais grupos de negociantes e suas formas de ocorrência em escrituras e procurações: Bonfim do Páropeba, 1861-1888. Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

O chamado **grupo A** é formado por José Marques da Silveira e seu filho José Marques da Silveira Junior.

Nascido provavelmente em 1825 na Ilha Terceira do Reino de Portugal³⁴, Silveira aparece nas edições de 1864 e 1865 do *Almanak* como negociante de fazendas secas. Na década seguinte, é citado no *Almanak* como proprietário de depósito de sal (edições de 1870, 1873 e 1874) e negociante de secos e molhados (edições de 1873 e 1874)³⁵.

Em 01/05/1873, sua casa de negócio, situada à Rua dos Passos (onde Silveira residia³⁶), sofreu arrombamento. Contudo, pouco lhe foi roubado, por estar o “importante negociante de

³⁴ APMB, Livro 5º de Notas do 1º Ofício, fl. 34.

³⁵ *Almanak...* 1864, 1865, 1870, 1873 e 1874, respectivamente pp. 115; 149; 363; 132; 422.

³⁶ *Almanak...* 1864, p. 115



partida para a Corte, onde estão seus capitais”³⁷.

Em 1876, José Marques da Silveira Júnior, com 21 anos, atuava como caixeiro do pai³⁸.

Único grupo de comerciantes de escravos bonfinenses que operou durante as três últimas décadas da escravidão, diferentemente dos demais grupos, este não teria formado sociedade, tendo atuado apenas como pessoas físicas. Aparentemente, esse grupo conectaria os mercados de escravos da região de Bonfim e arredores aos da Corte.

O **grupo B** é encabeçado pela firma Andrade e Silva, Lobato & Cia., sediada em Bonfim (provavelmente à Rua dos Passos, onde residia o sócio-gerente) e na cidade de Oliveira, e seu sócio-gerente, o Capitão Francisco Joaquim de Andrade e Silva.

Liberal, o Capitão Francisco é citado nas edições de 1864 e 1865 do *Almanak* como capitalista (quando ainda era tenente)³⁹. Em 1879, era “capitão da reserva adicto ao 6º Batalhão da Guarda Nacional do comando superior de Queluz e Bonfim”⁴⁰. Ao final do mesmo ano, partiu com sua família para São João d’El Rey, onde ainda residia em 1888⁴¹.

Aparentemente, o grupo conectaria mercados regionais na província.

O **grupo C** diz respeito às firmas Baeta Neves, Teixeira Junior & Souza e Baeta Neves & Irmão, além de seus principais sócios, os irmãos Caetano e Francisco Baeta Neves. A quantidade de ocorrências desse grupo faz dos irmãos Baeta Neves os maiores negociantes de escravos bonfinenses e, possivelmente, dois dos principais nomes do ramo no âmbito provincial. Suas conexões envolviam mercados de várias regiões de Minas à região da Mata e também à província do Rio de Janeiro e Corte.

Naturais da Castanheira de Pera, Termo de Pedrógão Grande, Reino de Portugal⁴², Francisco teria nascido provavelmente em 1839⁴³. Caetano também teria nascido provavelmente

³⁷ *Jornal Diário de Minas*, 19/05/1873, p. 3.

³⁸ APMB, *Livro 1º de Procuções do 1º Ofício*, fl. 39 e DC 30(593).

³⁹ Respectivamente pp. 115 e 149.

⁴⁰ APMB, CPO ACA 0113.

⁴¹ *Jornais A Actualidade*, Ouro Preto, 17/11/1879, p. 3 e *A Província de Minas*, Ouro Preto, 04/02/1888, p. 4.

⁴² Em 1502, foi fundada a freguesia de Castanheira de Pera, pertencendo ao concelho de Pedrógão Grande até 1895 e novamente de 1899 até 1914, quando foi fundado o concelho de Castanheira de Pera. Com o surgimento das fábricas de lanifícios, a partir de 1860, a população teria deixado de depender apenas de uma agricultura de subsistência, das migrações para o Ribatejo e Alentejo, da emigração para o Brasil ou dos seus rebanhos, pisões ou teares caseiros. A implantação industrial foi o motor de desenvolvimento de Castanheira de Pera, que chegou a ser o terceiro centro nacional da indústria de lanifícios. O atual município de Castanheira de Pera tem uma área total de 66,86 km², com uma população de cerca de 3739 habitantes (dados relativos a 2001) e é composto por duas freguesias: Castanheira de Pera e Coentral. Situa-se nos planaltos da vertente sul da Serra da Lousã, a nordeste do Distrito de Leiria, confrontando com os Concelhos de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Lousã, Góis e integra a denominada Zona do Pinhal do Interior Norte. (Disponível em: <http://www.cm-castanheiradepera.pt/>. Acesso em 19 jan. 2018.)



na mesma década. A época da chegada de ambos ao Brasil é desconhecida, mas sabe-se que no início da década de 1860 eles já se encontravam em Bonfim atuando no ramo comercial (embora, ao que parece, ainda não negociando escravos).

No início de 1863, constituíram uma sociedade de negócio de fazendas secas e animais sob a firma Francisco Baeta Neves & Irmão. Dois anos e meio depois, com a dissolução da sociedade, Caetano assumiria as fazendas restantes e a responsabilidade pelo pagamento dos credores, enquanto Francisco teria ficado com os animais⁴⁴.

Entre 1870 e 1871, Francisco teria retirado de sua boiada de cerca de 260 cabeças, que estava engordando em pastos arrendados, “uma parte” para enviar ao mercado da Mata / Rio. O mesmo documento informa que, com frequência, ele costumava recorrer ao arrendamento de pastos para internada e engorda de gado.⁴⁵

Outrora um “simples mascate, [que percorria as fazendas da região] vendendo seus gêneros e comprando gêneros da lavoura”⁴⁶, em 1872 Francisco já era proprietário de “negócio de fazenda seca, molhados e mais objetos”⁴⁷, situado à Rua do Fogo, onde residia, sendo mencionado, cinco anos mais tarde, como um “opulento negociante [...] de porta aberta e de grosso trato”⁴⁸.

Caetano, em 1879, era tido como um “negociante conceituado e em grande escala”⁴⁹. “Negociante matriculado pelo Tribunal do Comércio da Corte do Rio de Janeiro”⁵⁰, em sua casa comercial, instalada à Rua do Comércio, era possível encontrar “grande e variadíssimo sortimento de fazendas, ferragens, armarinho, calçado, chapéus, modas, couros e outros muitos artigos”, podendo-se ainda comprar e vender “sal e todos os gêneros do país [...] [além de] escravos de ambos os sexos de 14 a 25 anos”⁵¹.

Um terceiro irmão, Pedro Baeta Neves, recebeu uma única e breve menção nas fontes analisadas. Adoecendo em viagem para a província do Rio, faleceu aos 30/06/1874 na Cidade do

⁴³ APMB, CSO 69 (09).

⁴⁴ APMB, Livro 6 de Notas pertencente ao 1º Tabelião da Cidade do Bomfim, pp. 84-85.

⁴⁵ APMB, CSO 69 (06).

⁴⁶ APMB, CPO ACA-0258.

⁴⁷ APMB, CSO 27(527)1.

⁴⁸ APMB, CPO ACA-0258. A respeito dos comerciantes de grosso trato ver, principalmente, FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

⁴⁹ APMB, CSO 23(459).

⁵⁰ APMB, 1881 - 9º Livro de Nottas - Piedade dos Gerais, pp. 1-2v.

⁵¹ MARTINEZ. **Riqueza e escravidão**, p. 130.



Pomba (atual Rio Pomba, município da Zona da Mata mineira)⁵². É bastante provável que fosse uma viagem comercial, embora as mercadorias transportadas não tenham sido mencionadas.

Sabe-se que, ao menos entre os anos de 1877 a 1879, sempre entre meados de março a início de agosto, Francisco ou Caetano estiveram em giro de negócios pela região da Mata com grandes lotes de escravos para serem comercializados. A viagem de 1879 e algumas das transações então efetuadas podem ser parcialmente reconstituídas a partir de seis anúncios de jornal.

Em 01/06/1879, Caetano Baeta Neves, “assaz conhecido e estabelecido na cidade de Bomfim” através do *A Actualidade*⁵³, informava que se encontrava em Barbacena “com porção de escravos à venda e de partida para a Matta”. Alguns dias depois, as edições dos dias 15, 19 e 22⁵⁴ de junho do juiz-forano *Pharol*, noticiavam que “no Rancho da Tapera desta cidade acham-se Baeta Neves & Irmão, com 70 escravos para vender; porção grande de negras de 12 a 16 anos, para mucamas, peças de primeira ordem. Vendem por preços muito moderados”.

Alguns meses depois, já em 1880, a edição de 11 de fevereiro do *Jornal do Commercio*⁵⁵ trazia um anúncio assinado por Manoel Ribeiro Salgado, morador de São José do Rio Preto⁵⁶, informando ter “feito perante o juiz municipal do Juiz de Fora um protesto contra a validade da compra de três escravas, que com mais 17 me venderam os Srs. Baeta Neves & Irmão, em liquidação”. Através do anúncio, o comprador objetivava levar o fato ao conhecimento público “para que de hoje em diante não faça qualquer transação sobre o crédito por mim firmado àqueles senhores a 22 de julho de 1879, porque tenho justos motivos para não pagá-lo integralmente à vista dos vícios redibitórios que tenho contra a compra das três escravas”.

Confrontando tais informações com os registros existentes nos livros de escrituras e de procurações, parece ser pouco viável que aqueles 70 escravos (ou mesmo os 20 que, em meados de 1877, seu irmão Francisco vendera em Rio Preto, município cafeeiro da Mata mineira⁵⁷), fossem todos oriundos do município de Bomfim. É bastante provável que muitos deles tivessem sido adquiridos em diversas localidades da província mineira, ou mesmo de outras províncias. Infelizmente, ignora-se a quantidade de escravos que Neves levou consigo ao iniciar a viagem, mas é possível especular que ele poderia ter efetuado várias transações de compra e venda nas diferentes localidades pelas quais passou em seu trajeto até Juiz de Fora. Durante a parada em

⁵² *Diário de Minas*, Ouro Preto, 31/07/1874, p. 3.

⁵³ Edição de 04/06/1879, p. 3.

⁵⁴ Respectivamente páginas 3, 2 e 3.

⁵⁵ P. 4.

⁵⁶ Uma das freguesias do município de Juiz de Fora.

⁵⁷ *A Actualidade*. Ouro Preto, 09/11/1878, p. 3.



Barbacena, por exemplo, poderia ter vendido e adquirido outras tantas “peças”.

Das negociações acima reproduzidas, vale destacar ainda a forma de pagamento utilizada pelo senhor que comprou de uma única vez 20 escravos: títulos de crédito, os quais o negociante faria circular por meio de outras transações comerciais. Trata-se de um detalhe que diz muito a respeito das grandes transações comerciais e contrasta com as informações retiradas dos livros de compra e venda, que retratam as pequenas transações. Nestas últimas, o “dinheiro corrente”, entregue no ato da compra, foi a quase unânime forma de pagamento.

Os anúncios supracitados e as informações colhidas no banco de dados permitem identificar a forma de atuação dos Baeta Neves nesse comércio de longa distância: faziam uma provavelmente única viagem anual à região da Mata / Corte, normalmente entre os meses de maio e agosto, levando uma grande quantidade de escravos. É interessante notar que o período da viagem coincidia exatamente com o período da colheita do café na região sudeste do país⁵⁸. Tal correlação se explica da seguinte maneira: tendo uma boa colheita que os munia de capital, os fazendeiros procuravam investir no melhoramento de suas lavouras, adquirindo, entre outras coisas, mais escravos para as plantações⁵⁹. Ou seja, o resultado da safra de cada ano, que podia ser vislumbrado ao término da estação chuvosa, orientava os fazendeiros na aquisição de escravos, visando reunir braços suficientes para aquela colheita e ter garantida a mão de obra necessária ao próximo plantio e à colheita da safra seguinte.

Essa forma de atuação (uma única ou poucas viagens anuais) provavelmente reduziria os custos da viagem e permitiria que os negociantes atendessem encomendas, aumentando a certeza da negociação de todo o lote. As fontes localizadas não permitem, contudo, compreender como eles procediam à concentração dos escravos adquiridos nos meses anteriores à partida, uma vez que não há menção a algum tipo de barracão ou cômodo com essa finalidade em nenhum dos documentos localizados⁶⁰.

O transporte se dava à pé. Provavelmente seguiam a “estrada da Corte”, gastando cerca de 30 dias entre Bonfim e Juiz de Fora (incluindo as paradas) e, podendo ou não a viagem se

⁵⁸ Sendo, o plantio, realizado entre os meses de outubro a dezembro. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/calendario-agricola-veja-qual-melhor-periodo-para-plantio-colheita-das-principais-culturas-pais-900> (acesso em 20/07/2017). Para mais detalhes a respeito do funcionamento de uma fazenda cafeeira na segunda metade do século XIX, ver, por exemplo, LIMA, Roberto Guião de Souza. **O ciclo do café vale-paraibano**. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/ciclo-do-cafe_pg-13-a-39.pdf. Acesso em 07/11/2017; DEAN, Warren. **Rio Claro**.

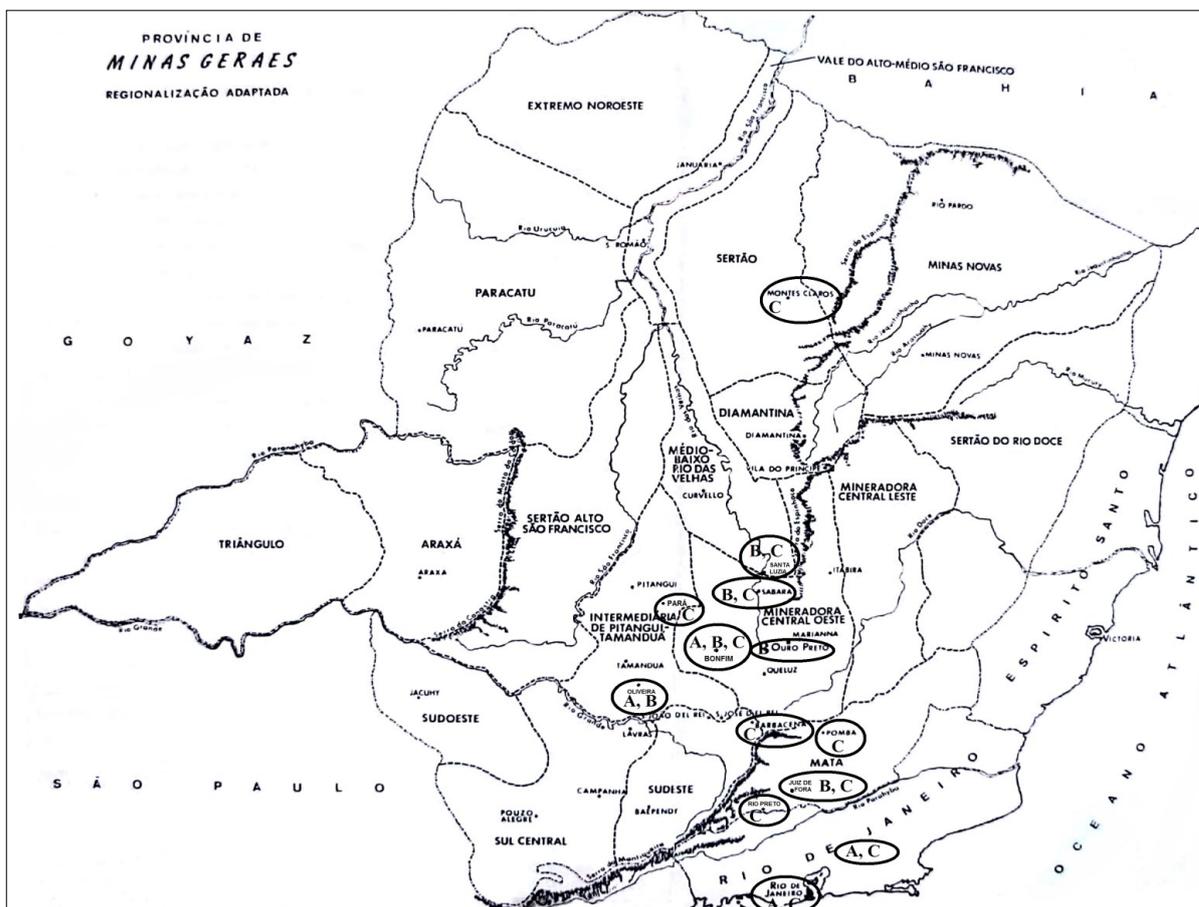
⁵⁹ COSENTINO, Daniel do Val. A tributação sobre a escravidão e o comércio de escravos na província de Minas Gerais. **Revista Mundos do Trabalho**. Vol. 6, n. 11, janeiro-junho de 2014, p. 181.

⁶⁰ Sidney Chalhoub (CHALHOUB. **Visões da liberdade**) e Rafael Scheffer (SCHEFFER. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste**), por exemplo, mencionam tais edificações encontradas nas propriedades de alguns dos comerciantes de escravos que analisam.



estender até a Corte. Entretanto, as fontes analisadas não trazem maiores informações a respeito da composição daquelas comitivas⁶¹.

As informações constantes no banco de dados e nos anúncios de jornal relativas ao local de residência dos transmitentes e adquirentes permitem identificar os municípios e regiões com as quais os principais negociantes de escravos bonfinenses mantiveram relações comerciais (mapa 1). É importante destacar que a atuação desses sujeitos não se dava apenas levando cativos do município de Bonfim para outras localidades. Eles também vendiam escravos no mercado local, escravos esses que poderiam vir de outras localidades. Ou seja, as transferências internas de cativos nessa região se davam de forma muito mais complexa que uma simples retirada de indivíduos de uma determinada região para enviar para outra. O que os estudos mais recentes estão demonstrando é que não havia um único fluxo.



Mapa 1 – Municípios e regiões com os quais os principais grupos de negociantes de escravos bonfinenses mantiveram contatos comerciais (1861-1888). Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB e jornais *A Actualidade*, *A Província de Minas*, *Diário de Minas*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias* e *Pharol*. Mapa extraído de PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996, p. 91 e modificado pelo autor.

⁶¹ Para mais detalhes a respeito dessa modalidade de transporte utilizada pelo tráfico interno no interior do Brasil, ver NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista. In: *Afro-Ásia*, v. 24, 2000.



Além dos três grupos de comerciantes supracitados, observa-se que outros indivíduos tiveram atuação significativa como intermediários em uma quantidade razoável de transações⁶². Alguns deles, inclusive, restringiram suas participações no mercado de escravos bonfinense à atuação como procuradores. Embora não se possa dizer que todos fossem comerciantes de escravos, ou mesmo que tivessem a comercialização de escravos como principal fonte de renda ou atividade econômica, é de se imaginar que auferissem algum lucro através de sua atuação como procuradores⁶³.

A tabela 3 apresenta esses principais intermediários:

Nome e período de atuação	Local de residência	Atuações como procurador do transmitente	Atuações como procurador do adquirente	Quantidade de escravos envolvidos
Tenente Coronel José Egidio da Silva Campos (décadas de 1860 e 1870)	Distrito da Cidade do Bonfim	2	4	8
Antonio Nery Ferreira (décadas de 1870 e 1880)	Distrito da Cidade do Bonfim	4	1	7
Advogado Alferes Candido de Castro Guimarães (década de 1860)	Distrito da Cidade do Bonfim	4	1	6
Reverendo Vigário Francisco Nogueira Penido (década de 1860)	Distrito de Piedade dos Gerais	4	-	4
Antonio de Araújo Lima Coxo (décadas de 1870 e 1880)	Distrito de Piedade dos Gerais	2	1	10
José Teixeira Machado (décadas de 1870 e 1880)	Distrito de Piedade dos Gerais	3	-	4
Tenente Manoel Bernardes da Cunha Cassão (décadas de 1860 e 1870)	Distrito da Cidade do Bonfim	3	1	6
João Evangelista Monteiro de Barros Galvão de São Martinho (década de 1880)	Leopoldina	-	3	14
Marinho & Bebiano (década de 1870)	Corte	2	1	5

Tabela 3 – Principais intermediários segundo ocorrência e quantidade de escravos negociados: Bonfim do Paraopeba, 1861-1888. Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Sobre a inserção de Manoel Bernardes da Cunha Cassão na tabela, deve-se destacar que, aparentemente, suas participações como intermediário teriam se dado no âmbito de sua profissão

⁶² Vale ressaltar que a tabela computa apenas as atuações individuais desses indivíduos e os casos em que eles de fato foram os responsáveis por intermediar a transação. Não foram consideradas suas ocorrências em procurações que nomeavam vários procuradores, uma vez que não é possível saber qual deles de fato concretizou a negociação. Por esse motivo, a quantidade de escravos por eles negociados pode ter sido ainda maior.

⁶³ Sobre a atuação dos procuradores, que normalmente compravam o escravo e usavam a procuração para poderem revendê-lo sem a necessidade de pagar os devidos impostos, ver, principalmente, SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? In: COSTA, Iraci del Nero da. **Brasil**, pp. 103-155; CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**, pp. 43-44; SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste**.



de advogado, por estar representando interesses comerciais de seus clientes⁶⁴. Tal raciocínio poderia ser aplicado, ao menos em parte, a Candido de Castro Guimarães, também advogado.

Também é possível admitir que algumas das transações em que o igualmente advogado Tenente Coronel José Egydio participou tivessem motivação similar, mas outros documentos em que é citado atestam claramente que ele esteve envolvido no comércio de escravos, atuando sozinho ou em algum tipo de sociedade com Francisco Baeta Neves, e auferindo lucros consideráveis de tal atividade⁶⁵.

Entre os dois intermediários não bonfinenses, vale destacar que a firma Marinho & Bebiano, “armazém de vinho e gêneros pertencentes ao comércio de molhados (por atacado)” e “casa de comissões de gêneros de importação e exportação”⁶⁶ que esteve em atividade entre o início de 1875 e o final de 1877⁶⁷, teve todas as suas inserções no mercado de escravos bonfinense atreladas aos negócios dos Baeta Neves.

Os demais nomes da tabela intermediaram transações entre indivíduos bonfinenses ou entre estes e residentes de municípios da região Mineradora Central Oeste.

Finalmente, ainda participaram de transações envolvendo escravos no mercado bonfinense, de forma pontual, as seguintes firmas comerciais:

- Andrade Marques & Cia.; Malta, Moraes & Cia.; Silva Campos, Filho & Pinto e Silva Pinto & Cia., estabelecidas em Bonfim;
- Faria, França & Cia.; Loureiro, Botelho, Castro & Cia. e Valença & Magalhães, sediadas na Corte;
- Antonio da Costa Pereira Junior & Cia., da cidade de Oliveira;
- Capitão Antonio Narcizo Soares & Cia., de Formigas de Montes Claros;
- José Hirsch & Cia., súdito francês em giro de negócios pela província mineira.

Tanto quanto os comerciantes, os intermediários e firmas foram indispensáveis para o funcionamento das complexas redes de comércio que, entre outras tantas mercadorias, fizeram pessoas escravizadas circularem por diversas regiões do Império.

⁶⁴ A respeito desse cidadão bonfinense, um provável abolicionista, ver MARTINEZ. **Riqueza e escravidão**, pp. 148-151.

⁶⁵ APMB, CPO ACA-0252.

⁶⁶ *Almanak Laemmert*. Rio de Janeiro, 1876, pp. 784 e 812.

⁶⁷ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, edições de 02/02/1875 (p.6) e 06/01/1878 (p.7).



Considerações finais

Se os três principais grupos de comerciantes bonfinenses concentraram 1/5 do total de escravos negociados, os outros 80% estão pulverizados em negociações envolvendo cerca de duas centenas de compradores diferentes que apenas uma ou duas vezes ao longo de três décadas apareceram nos registros.

Embora se tenha constatado que a maioria das transações ocorreu a nível local, deve-se levar em conta que, obviamente, seria bastante provável que compradores residentes em Bonfim ou em municípios vizinhos pudessem ter revendido os escravos lá adquiridos em outras regiões da província ou mesmo do Império. A presença de negociantes, intermediários e companhias comerciais nos registros seria um forte argumento ao encontro de tal hipótese.

Por outro lado, a grande quantidade de transmitentes e adquirentes diferentes, vários deles com uma única participação neste mercado ao longo das três décadas, além do predomínio de transações envolvendo um único escravo seriam fortes indícios de que, embora houvesse muitos escravos de fato sendo transferidos para outras regiões, como as cafeeiras, por exemplo, a maioria estaria participando de uma redistribuição dentro do próprio município (ou entre freguesias de diferentes municípios, porém circunvizinhos), como conclui Carolina Flausino para a região de Mariana⁶⁸, com possível concentração de escravos entre os grandes e médios proprietários e dissolução paulatina das pequenas posses, como sugerido por Leonardo Campos para Barbacena entre 1870 e 1888⁶⁹.

Com efeito, excluídos os grupos de negociantes, intermediários e firmas comerciais supracitados, dos cerca de 200 nomes restantes (entre bonfinenses e não bonfinenses) listados no banco de dados como adquirentes de escravos, foram localizados no APMB os inventários de 14 deles produzidos até 1888. A análise de tais documentos constatou que a maioria dos trabalhadores comprados no mercado bonfinense por esses inventariados continuava em posse de seus adquirentes quando da morte destes. Ou seja, teriam sido adquiridos no intuito de renovar ou ampliar as posses dos compradores. Embora seja uma amostra diminuta, os inventários cobrem as três décadas analisadas e contemplam indivíduos de ocupações, locais de

⁶⁸ FLAUSINO. **Negócios da escravidão**, pp. 187-188.

⁶⁹ CAMPOS, Leonardo França. **Escravidão e família escrava em uma economia de abastecimento: termo de Barbacena, século XIX**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011, p. 196. Rafael Scheffer também constata uma tendência à concentração no mercado de escravos campineiros, além de, no caso do Sul do Brasil (províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), os grandes proprietários conseguirem, com mais êxito que os pequenos, manterem suas posses (SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste**, pp. 61-62 e 219-220)



residência e posições sociais variadas, garantindo-lhe alguma representatividade da sociedade bonfinense proprietária de escravos.

Logo, o mais provável é que os grandes e médios fazendeiros locais, ligados à produção para o mercado interno, estivessem conseguindo reter no município a maior parte dos escravos que, oriundos em sua maioria de herdeiros e pequenos proprietários endividados, a conta-gotas eram disponibilizados ao mercado. Competiam, dessa forma, com os grandes comerciantes que se destinavam a suprir a demanda por mão de obra de fazendeiros das mais diversas regiões, sobretudo aqueles ligados à produção para exportação.

Pensando no funcionamento das redes comerciais e os contatos mantidos entre indivíduos de diversas localidades que negociaram escravos, pode-se argumentar que transações comerciais envolvendo escravos dificilmente englobavam unicamente tal mercadoria. Os contatos comerciais firmados durante tais negociações muito provavelmente seriam preservados para transações comerciais futuras, envolvendo a mercadoria escrava ou qualquer outra. Dessa forma, estudos sobre o funcionamento de mercados locais de escravos e suas conexões com o mercado nacional podem contribuir enormemente para uma melhor compreensão de panoramas socioeconômicos municipais, provinciais e nacional.⁷⁰

Além de intensas relações comerciais mantidas com municípios próximos, sobretudo aqueles das regiões Mineradora Central Oeste, Intermediária de Pitangui-Tamanduá e Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas, Bonfim mantinha forte contato comercial com as regiões Sudeste, Mata e com a Corte e municípios da Mata fluminense. Também mantinha relações comerciais, embora provavelmente menos frequentes, com regiões mineiras mais distantes, como Sertão, Sul Central, Sudoeste, Araxá e Triângulo, ou seja, com praticamente todas as regiões da província.

Articulando as particularidades da economia bonfinense a uma lógica econômica e a sistemas de trocas e intercâmbios mais amplos, deve-se ressaltar a necessidade de se compreender as regiões abastecedoras, como Bonfim, como partes fundamentais dentro de uma divisão internacional da produção no capitalismo global do século XIX.

Desde os anos 1980 a historiografia sobre Minas vem sugerindo que a província, detentora de uma população escravizada crescente e maior que a de qualquer outra unidade do Império, apresentou uma forte demanda por mão de obra cativa ao longo do século XIX, demanda esta vinda, em sua maior parte, de outras regiões e outras atividades econômicas que não as cafeeiras, pelo menos até o início dos anos 1870, e que a população escravizada da antiga

⁷⁰ READ, *The Hierarchies*. pp. 62-64.



região mineradora não foi simplesmente drenada para a área cafeeira. Mesmo sendo a província mais populosa durante todo o período imperial, Minas Gerais conseguiu ser autossuficiente na produção de alimentos e bens como panos de algodão e artefatos de ferro, além de ocupar importante papel no abastecimento de regiões vizinhas, como a província do Rio.⁷¹ Levando-se em conta uma produção de tal magnitude, não é de se estranhar, portanto, que produções para o abastecimento do mercado interno demandassem braços de forma a “rivalizar” com a demanda das produções para exportação.

⁷¹MARTINS. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez.